

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • junho de 2017



VITÓRIA MUNICIPALISTA

Parlamentares derrubam veto do ISS e
garantem R\$ 6 bi aos cofres municipais





Visitas de prefeitos à CNM



Ana Célia, prefeita de Surubim (PB)



Ana Cláudia, prefeita de Caçu (GO)



Antonio Ataíde, prefeito de
Cacheira Grande (MA)



Carlos Jose da Silva, prefeito
de Cantá (RR)



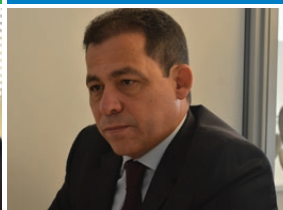
Cleomar Tema, presidente da Famem



Comitiva de São Paulo



Comitiva do Rio de Janeiro



David Bemerguy, prefeito de
Benjamin Constant (AM)



Derlei Delevatti, prefeito de
Porto Murtinho (MS)



Diego Kolling, prefeito de
Breu Branco (PA)



Eden Sousa, prefeito Sumé (PB)



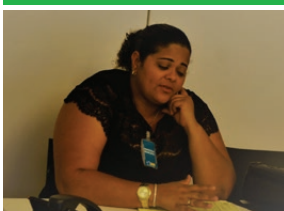
Elio Martins, prefeito de Pirambu (SE)



Elizabeth dos Santos, prefeita de
Pedra Branca do Amapari (AP)



Ernandes Jose, prefeito de São
João Nepomuceno (MG)



Fernanda Nolasco, prefeita
de Balisa (GO)



Francisco Junior, prefeito
de Guariba (SP)



Francisco Junior, prefeito
de Terezópolis (GO)



Francisco Ubiracy, prefeito
de Xarupá (AC)



Francisco-Oliveira, prefeito-
de-Colares (PA)



Humberto Mendes, prefeito de
Santa Maria da Boa Vista (PE)



Jairo Sousa, prefeito de Iracema (RR)



João Batista, prefeito de
Antonio Almeida (PI)



João Rocha, prefeito de Bom
Jesus do Tocantins (PA)



Jose Ricardo, prefeito de Igarapava (SP)



Leonardo de Almeida, prefeito
de Japonvar (PR)



Lindbergh Martins, prefeito de
Jijoca de Jeriquacara (CE)



Marcos Vinicius, prefeito de
Coronel Fabriciano (MG)



Marcus Alexandre, prefeito
de Rio Branco (AC)



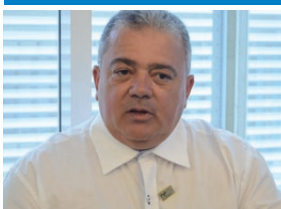
Ofirney Sadala, prefeito de Santana (AP)



Oswaldo Junior, prefeito
de Xinguara (MG)



Pedro-Eliseu, prefeito de Araras (SP)



Petronio Mineiro, prefeito
de Capitão Eneas (MG)



Roseval dos Santos, prefeito
de Taperoá (BA)

Entrevista



Ministro do TCU aponta caminhos para a governança e o desenvolvimento do Brasil

Em entrevista à Agência CNM, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes ressaltou a necessidade de serem promovidas mudanças para o desenvolvimento do Brasil, especialmente no que diz respeito ao pacto federativo, ao pacto político e ao pacto pela governança.

Neste segundo semestre, deverá ser realizado o Fórum Nacional de Controle. Qual a importância dessa iniciativa para a administração dos Entes locais?

Augusto Nardes — O Fórum Nacional de Controle visa a fortalecer o sistema de controle brasileiro, criado pela Constituição Federal de 1988. Nosso objetivo é desenvolver atividades de capacitação conjuntas, promover ações de controle integradas, propor legislação sobre controle externo e interno, compartilhar informações e divulgar e disseminar boas práticas.

Trata-se de uma sequência natural à forte articulação que conseguimos instituir no Brasil entre os tribunais de contas. Em conjunto, os tribunais multiplicaram seus esforços e sua capacitação e produziram, desde o biênio 2013-2014, quando fui presidente do TCU, trabalhos coordenados de grande envergadura nas áreas de meio ambiente, segurança pública, saúde, educação, entre outros.

Também de forma coordenada foi realizado um mapeamento completo da situação da governança pública do país, abrangendo em torno de 8 mil organizações. Nesse levantamento, confirmou-se a impressão geral de que a governança pública brasileira apenas engatinha. Precisamos avançar rapidamente nas boas práticas de liderança, estratégia e controle.

Em termos de controle, o levantamento realizado pelos tribunais de contas avaliou os aspectos de gestão de riscos e controle interno, auditoria interna, *accountability* e transparência. Em todos esses aspectos, concluiu-se que as organizações estão em estágio inicial de desenvolvimento. Nos quesitos mais preocupantes, verificamos que 80% das entidades não têm uma adequada estrutura de gestão de riscos e mais de 50% não implementaram em suas organizações a função de auditoria interna.



Ascom/TCU

Isso quer dizer que os projetos importantes para a população, na maioria dos Municípios, são iniciados sem uma avaliação mínima do que pode dar certo e do que pode dar errado. Não há uma previsão dos riscos envolvidos e, por conseguinte, não são instituídos mecanismos de controle ou alternativas no caso de algo não sair como pensado.

Também não existe uma auditoria interna que permita avaliar se os objetivos e as metas estão sendo cumpridos como planejado e para indicar caminhos alternativos para os gestores municipais. É por isso que se multiplicam país a fora creches desocupadas, escolas sem professores, obras inacabadas, hospitais sem qualquer estrutura ou, por outro lado, hospitais novos fechados sem médicos e funcionários para fazê-los funcionar. O pouco dinheiro que se tem para aplicar acaba sendo desperdiçado.

Essas fragilidades denotam a importância da

iniciativa de realizarmos o Fórum Nacional de Controle e o impacto que o fortalecimento do controle pode acarretar na administração dos Entes locais. É importante destacar que, para se obter sucesso em seus governos, os administradores dos Municípios devem instituir boas práticas na escolha dos secretários e dos cargos diretivos, cuidar da capacitação e da avaliação dessas pessoas e dos servidores. Devem, também, instituir uma estratégia de longo, médio e curto prazo, com objetivos e metas claramente definidos em conjunto com a sociedade local, com o intuito de que, ao final, a educação, a saúde, a segurança pública, a mobilidade urbana e outros serviços possam ser disponibilizados a tempo e com qualidade à população.

São grandes os riscos de os objetivos e as metas inicialmente traçados com a população não serem cumpridos; além disso, o descuido no seu mapea-

mento e a mitigação, por meio de um controle interno eficiente, têm sido uma das grandes causas de insucesso das políticas públicas.

Assim, ao fortalecer a gestão de riscos, o controle, a transparência, a prestação de contas e a auditoria interna, o Fórum Nacional de Controle dará uma nova musculatura às administrações locais, aumentando a probabilidade de as políticas públicas municipais serem instituídas e implementadas com mais sucesso, de forma mais consentânea com os interesses do “principal”, que é o povo.

O senhor tem falado sobre os problemas decorrentes da desgovernança no Brasil, com impactos inclusive no Produto Interno Bruto (PIB). Qual o caminho para que essa questão seja transformada no país?

Augusto Nardes — De fato, a desgovernança pública tem causado sérios danos ao país, no âmbito federal, estadual e municipal. A falta de governança possui duas consequências principais: deixa a casa aberta para que a corrupção se instale e dificulta a viabilização das políticas públicas e a entrega de produtos e serviços à população.

No cenário brasileiro atual, em que se assiste a um desmantelamento de esquemas de corrupção de há muito instalados, podemos ter a impressão que as perdas por desvios e malversação de recursos é nosso problema maior. No entanto, embora sejam astronômicos os valores envolvidos na corrupção, tenho convicção de que a desgovernança dos gestores e das políticas públicas produz prejuízos ainda maiores, tanto financeiros quanto na vida das pessoas.

Recentemente, fiz uma análise simples de quanto o Brasil está perdendo nesses dois anos de recessão que nos abalou, fruto principalmente da incapacidade do governo federal de manter a confiança em seus números e em suas políticas e de atitudes instituídas sem transparência e responsabilidade fiscal, que acabaram por levar o TCU a rejeitar as contas da presidente da República. Por ter crescido negativamente por dois anos seguidos, o Brasil pode ter deixado de arrecadar algo em torno de R\$ 140 bilhões. A essa perda, somam-se outras por falta de uma estratégia bem feita, pela escolha de líderes sem formação adequada e pela falta de controle.

Para transformar essa situação, e evitar que a desgovernança nos empurre ladeira abaixo, desde o biênio 2013-2014, tenho pregado a necessidade de três grandes pactos nacionais, em prol do crescimento e do desenvolvimento do Brasil: pacto fe-

derativo, pacto político e o pacto pela governança. Dadas as dificuldades que se avolumam no campo político, vejo mais facilidade de avançarmos, neste momento, no pacto pela governança pública.

Não há outro caminho para transformarmos nossa realidade: temos de estabelecer uma parceria entre os poderes e as instituições. Quero relembrar, nessa linha, que, no dia 17 de novembro de 2014, reunimos quase todos os governantes eleitos naquele pleito em um seminário intitulado “Pacto pela Governança: um retrato do Brasil”. O presidente Michel Temer e os governadores presentes receberam dos Tribunais de Contas, das Confederações e de outras entidades representativas da sociedade um diagnóstico do país, um retrato da nação, uma lista de principais problemas a serem enfrentados para o alcance do pleno desenvolvimento. Nessa ocasião, realizamos uma grande discussão, um diálogo interinstitucional federativo com foco no aperfeiçoamento da administração pública e no desenvolvimento integrado da nação, sempre em benefício da sociedade.

A CNM vem recorrentemente alertando para a necessidade de se pensar em soluções que viabilizem a sustentabilidade da gestão municipal, com a adequação de competências, responsabilidades e financiamento. De que forma o TCU pode apoiar os Entes em relação a essa problemática?

Augusto Nardes — Uma ajuda efetiva que o TCU pode dar aos Municípios é fortalecendo o seu sistema de controle interno. Nesse sentido, as explicações que dei na primeira questão sobre o fórum de controle deixam clara a importância do tema.

O TCU tem também realizado diversos trabalhos em prol da melhoria da governança pública e disponibiliza em sua página na *internet* os seguintes referenciais, os quais condensam um conjunto de boas práticas de liderança, estratégia e controle, que podem auxiliar muito na sustentabilidade das gestões locais: Referencial Básico de Governança, Referencial de Políticas Públicas, Referencial de Centro de Governo, Dez Passos para a Boa Governança e Referencial de Combate à Fraude e à Corrupção.

Baseado nesses referenciais e nas leis dos Estados Unidos, da Austrália e da Alemanha sobre governança, o TCU elaborou minuta de Decreto da Governança, cujos termos foram apresentados e estão sendo negociados com o Poder Executivo Federal.

A transformação de boas práticas de governança em dispositivos normativos ou legais tem a virtude

de transformar inteligência de governos em inteligência de Estado. Tive oportunidade de falar sobre isso no último encontro promovido pela CNM e aproveito este espaço para instigar os Municípios mais avançados em termos de governança a liderarem esse movimento Brasil afora.

O que fizermos no âmbito federal pode ser replicado em leis municipais de governança, que representarão um legado aos gestores do futuro. Com critérios claros para escolha dos secretários e gestores municipais, estruturas de governança e de auditoria interna estabelecidas em lei, regras para estabelecer planos de longo, médio e curto prazo, com metas definidas e monitoradas pelo sistema de controle interno, poderemos estabelecer, de forma definitiva, uma sustentabilidade institucional nos Municípios a fim de avançarmos no desenvolvimento econômico e social de nossas cidades.

Quais são os desafios para que os Municípios consigam promover a eficiência das políticas públicas e gerar resultados positivos nas administrações locais?

Augusto Nardes — De certa forma, os desafios já foram delineados nas questões anteriores. Mas, para deixar claro, não custa repetir que, com intuito de promover a eficiência das políticas públicas e gerar resultados positivos nas administrações locais, os administradores e suas equipes devem promover as boas práticas de governança. Este é o desafio primário de todos os que foram eleitos no último pleito.

Como contribuição aos prefeitos, transcrevo aqui os dez passos para a boa governança, divulgados pelo TCU. Esses passos, por sinal, podem ser o embrião da lei da governança municipal, de que falei na questão anterior: 1. Escolha líderes competentes e avalie seus desempenhos; 2. Lidere com ética e combata os desvios; 3. Estabeleça sistema de governança com poderes de decisão balanceados e funções críticas segregadas; 4. Estabeleça modelo de gestão da estratégia que assegure seu monitoramento e avaliação; 5. Estabeleça a estratégia considerando as necessidades das partes interessadas; 6. Estabeleça metas e delegue poder e recursos para alcançá-las; 7. Estabeleça mecanismos de coordenação de ações com outras organizações; 8. Gerencie riscos e institua os mecanismos de controle interno necessários; 9. Estabeleça função de auditoria interna independente que adicione valor à organização; 10. Estabeleça diretrizes de transparência e sistema de prestação de contas e responsabilização.

Turismo



Festas juninas movimentam economia dos Municípios

As cidades já estão preparadas para a segunda festa mais popular celebrada pelos brasileiros e isso deve significar um fôlego na economia dos Municípios. As comidas típicas, as bandeirinhas, as danças e as fogueiras embalam os foliões ao mesmo tempo em que aquecem o Turismo nas cidades que promovem as comemorações de São João por meio de parcerias com a iniciativa privada.

As festas juninas celebram o nascimento de São João Batista (considerado santo festeiro) no dia 24 de junho. Entretanto, os festejos são estendidos ao período compreendido entre os meses de maio e julho. Ainda existem regiões que promovem eventos em agosto. Nessa época, a parceria dos Municípios com a iniciativa privada viabiliza a realização de grandes festas.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) destaca que a expectativa é de que aumente o fluxo de turistas nas cidades onde são realizadas as festas e os shows e sejam gerados mais empregos e renda nessas regiões. Ou seja, além de resgatar as tradições campestres, as celebrações das festas juninas são consideradas alternativas para o desenvolvimento das cidades e uma forma de diminuir os efeitos da crise vivenciada pelos Municípios.



Turismo e Cultura



Incentivo ao Turismo das Cidades Históricas e Patrimônio Mundial

As ações da Confederação Nacional de Municípios (CNM) para a valorização e o incentivo ao Turismo dos Municípios brasileiros com esse potencial têm sido intensas ao longo do ano. A entidade promoveu debates com diversas autoridades do governo federal, do Judiciário e de instituições ligadas ao Turismo por meio da realização do 3º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial, de reuniões e de uma arena temática que ocorreu durante a XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

As parcerias firmadas pela CNM com a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e apoio institucional do Tribunal de Contas da União (TCU) viabilizaram a promoção do 3º Encontro das Cidades Históricas. O evento, realizado na sede da CNM, em Brasília, teve como objetivo encontrar soluções para aumentar o potencial turístico desses Municípios que desempenham papel de destaque na dinamização econômica, social, cultural e turística

e podem gerar riquezas, trabalho e renda.

Com isso, na pauta do evento, foram debatidos com os gestores a decisão do TCU que determinou ao governo federal que apresente plano de ação para elaboração e implantação de política nacional de gestão do patrimônio mundial da humanidade. O acórdão contempla a exploração turística adequada e a definição das responsabilidades das instituições em todas as instâncias federativas, na iniciativa privada e na sociedade, com vistas à estruturação dos destinos turísticos históricos.

Reivindicações

Ao final do 3º Encontro, os participantes fizeram a leitura da Carta de Brasília. O documento reúne as principais reivindicações dos Municípios. Entre elas, o cumprimento do acórdão do TCU e a solicitação das autoridades para garantir recursos necessários à preservação do patrimônio cultural. Também pede a ampliação dos programas já pactuados e o incentivo ao turismo cultural, visto que ele é uma forma



de desenvolvimento para as cidades brasileiras.

Os gestores demandaram, ainda, a implantação de um sistema nacional do patrimônio cultural do país. A Carta foi validada na arena temática de Turismo da XX Marcha. A partir disso, serão discutidas estratégias para inclusão da pauta das cidades históricas nos debates do Congresso Nacional e nos próximos eventos. Os resultados do 3º Encontro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial também fizeram parte da Carta da XX Marcha.

Institucional

CNM comemora dívida previdenciária

Durante a *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, o presidente da República, Michel Temer, assinou medida provisória que prevê o parcelamento da dívida previdenciária dos Entes locais. A CNM ressalta que a normativa — uma das principais pautas do movimento municipalista — apresenta as melhores condições já disponibilizadas aos Municípios nos últimos 20 anos e vai beneficiar administrações municipais de todo o país. A entidade alerta que o prazo para a formalização do pedido de parcelamento é dia **31 de julho de 2017**.

Publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 17 de maio, a Medida Provisória (MP) 778/2016 prevê o parcelamento dos débitos dos Municípios em até 200 meses, além da redução de 25% dos encargos, 25% da multa e 80% dos juros incidentes. O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, destaca

que a medida — negociada pela entidade ao longo dos últimos meses — é uma grande conquista para os Municípios. Segundo estimativas da entidade, de uma dívida de R\$ 75 bilhões, cerca de R\$ 30 bilhões serão abatidos em decorrência da nova regra.

A Confederação esclarece que o gestor pode procurar imediatamente a Receita Federal pedindo uma consolidação do total de débitos vencidos até 30 de abril de 2017. De posse dessa informação, a CNM recomenda que o gestor, juntamente com equipe competente, avalie os apontamentos da Receita Federal a fim de relacionar qualquer valor indevido. A Confederação alerta que não é incomum a incidência indevida de contribuições previdenciárias sobre verbas indenizatórias. No entanto, destaca-se que, em função do prazo para a formalização do pedido, o processo de revisão dos

débitos deve ser célere.

O parcelamento negociado com a CNM prevê uma divisão do chamado pagamento à vista, que é equivalente a 2,4% da dívida consolidada, em seis vezes, de forma que serão realizados pagamentos mensais de 0,4% da dívida ao longo de 2017. Descontado os valores pagos na entrada, o restante dos débitos receberá descontos de 25% nas multas de mora, de ofício e isoladas e dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios, bem como desconto de 80% dos juros. O saldo restante será dividido em 194 parcelas com vencimento a partir de janeiro de 2018.

O valor da parcela será limitado a 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Município. Assim, nos casos em que a parcela apurada for maior do que 1% da Receita Corrente Líquida, ficará um resíduo que, ao final do período, será consolidado em parcelado





parcelamento de Pia dos Municípios



complementar de 60 meses. Cabe ressaltar que a adesão ao parcelamento irá implicar autorização de retenção no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no caso de atraso nos pagamentos das parcelas. Uma novidade é que este parcelamento prevê a retenção no FPM inclusive dos recolhimentos correntes que fiquem atrasados, impossibilitando a geração de novas dívidas.

A MP abrange os débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. De acordo com dados apresentados aos gestores durante o evento, do montante atual da dívida, 57% está na Procuradoria e 43% na Receita Federal. Em relação a este último percentual, a CNM aponta que 42% se referem a multas, juros e encargos.

Segundo o texto da medida, o parcelamento inclui débitos “decorrentes do descumprimento de

obrigações acessórias, vencidos até 30 de abril de 2017, e os de contribuições incidentes sobre o décimo terceiro salário, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado”.

Ziulkoski alerta os gestores acerca da importância de as administrações municipais se organizarem para conseguirem pagar esse novo parcelamento, a fim de evitar novos problemas posteriormente, em especial no que diz respeito às transferências voluntárias da União. “Nós devemos nos organizar agora para não reclamar depois”, disse. A Confederação vem alertando que, inadimplentes, os Municípios sofrem penalidades que agravam ainda mais a crise financeira, já que não conseguem tirar o certificado de regularidade.

REGIMES PRÓPRIOS



Em outro painel realizado durante o maior evento municipalista do mundo em número de autoridades, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ressaltou que o governo vai assinar portaria para garantir que a medida abranja também Municípios que têm endividamento nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A publicação, segundo o ministro, vai beneficiar mais de dois mil Municípios que possuem esse modelo.

Institucional



Estudos da Confederação alertam para desequilíbrios no pacto federativo

Uma das ações realizadas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) para mostrar a realidade vivenciada pelos Entes locais e apontar medidas que visem a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos é a divulgação de estudos técnicos. Neste semestre, a entidade publicou vários levantamentos que possibilitaram à imprensa e à população, bem como ao poder público federal, conhecer e compreender as dificuldades enfrentadas pelas administrações municipais e as distorções no pacto federativo brasileiro.

O subfinanciamento dos programas federais no Brasil é um dos principais problemas apontados pela Confederação no decorrer dos últimos anos. O assunto está sempre presente na pauta de reivindicações do movimento municipalista. A Confederação questiona a falta de reajuste dos valores repassados pelo governo para a manutenção e, ainda, a falta de normatização, tendo em vista que essas iniciativas são criadas por meio de resolução ou decreto, e não lei.

Neste ano, a implantação de um novo programa do governo federal gerou alerta à Confederação. O Criança Feliz, realizado no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), teve início com um grande problema de subfinanciamento. A Confederação mostrou à imprensa e aos prefeitos que os custos ficarão, em sua maioria, a cargo das administrações municipais. Dados mostram que o Município pode ter de arcar com até 82% dos custos do programa. Mesmo nos Municípios de menor porte, a participação da prefeitura nas despesas pode chegar a 64%.

Na área de saúde, a CNM alertou sobre os programas integrantes da Política Nacional de Atenção Básica (Pnab). Estimativa da entidade mostrou que 38% dos Municípios brasileiros estão recebendo valores desatualizados referentes à manutenção dessas iniciativas. A situação foi representada pela entidade junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). A entidade alertou para os prejuízos decorrentes da falha do Ministério da Saúde no principal programa da Atenção Básica, especialmente diante de um quadro de grave crise financeira enfrentada pelos Municípios.



Finanças municipais

Juntamente com o início de mandato dos gestores municipais, o ano começou com a divulgação de estudo sobre a realidade de prefeituras que decretaram situação de calamidade financeira logo no primeiro mês de gestão. O levantamento da CNM acerca do tema teve ampla divulgação por parte dos principais veículos do país e mostrou a crise financeira pela qual os gestores municipais recém-empossados estavam passando nas prefeituras.

Ainda sobre o início de mandato dos prefeitos, com uma taxa de renovação de 75,3% nos Municípios do Brasil, a entidade fez um levantamento que apontou como os gestores receberam o Município e quais ações vêm sendo adotadas com o objetivo de organizar a administração local. A CNM ouviu 42,4% dos Municípios e alertou que 67,4% das prefeituras declararam enfrentar problemas em decorrência da dívida previdenciária.

Além disso, o levantamento mostrou que 59,2% dos gestores avaliaram a situação em que receberam as prefeituras como ruim ou péssima, contra apenas 39,7% que a declararam como boa ou ótima. O atraso no pagamento de fornecedores foi destacado por 46,8% dos Municípios e, no caso do pagamento de pessoal da prefeitura, o percentual foi de 10,6%.

Diante da crise econômica, a CNM também avaliou o impacto da política de valorização do salário mínimo nas contas municipais. Conside-

rando-se o período entre 2003 e 2015, o reajuste do mínimo já acumula impacto de R\$ 25,407 bilhões na folha municipal. Com o aumento do salário previsto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2018, o impacto nas folhas de pagamento municipais pode atingir R\$ 39,948 bilhões até 2020.

A Confederação apontou, ainda, o impacto às administrações locais decorrente do critério de correção do Piso Nacional do Magistério Público. Em 2017, o piso subiu para R\$ 2.298,80, um aumento de 7,64% em relação ao ano passado. Estimativas da Confederação mostraram que, de 2009 a 2016, os gastos com a folha de magistério tiveram uma expansão de R\$ 41,829 bilhões. O valor já cresceu 241,9%, muito acima da inflação relativa ao período e maior do que o próprio aumento das receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Outro estudo divulgado em jornais de grande circulação foi o que apresenta a perda municipal com as desonerações nas exportações. A CNM mostrou que cerca de R\$ 179 bilhões deixaram de chegar às prefeituras na última década em função das desonerações decorrentes de legislações de estímulo às exportações. O montante representaria mais de um ano de repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal transferência constitucional e base de sustento da maioria das cidades brasileiras.

Desenvolvimento Local



CNM e Sebrae estreitam parceria para desenvolver empreendedorismo municipal

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) reafirmou parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). As duas entidades irão definir ações conjuntas que possam promover melhorias para as administrações locais. O acordo foi consolidado durante a *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, realizada em maio deste ano.

O Sebrae tem sido atuante no fortalecimento dos pequenos empreendedores municipais com a oferta de programas de capacitação inovadores, acesso ao crédito e o incentivo ao desenvolvimento sustentável. O presidente do Sebrae Nacional, Guilherme Afif, destacou o papel da Confederação e a importância da parceria com a entidade para promover o desenvolvimento dos Municípios. “A nossa luta é aproximar o Brasil real do Brasil



Charles Damasceno

legal”, disse. Isso, conforme apontou o presidente, deve ser construído a partir da base municipal.

Atualmente, as micros e pequenas empresas são responsáveis por 57% dos empregos gerados e estão presentes em todos os Municípios brasileiros. Dessa forma, o presidente avaliou como essencial a aproximação com a CNM no alinhamento de programas e parcerias que favoreçam o empreendedorismo mu-

nicipal. “Estamos ao lado de todos vocês nessa grande luta. Estamos ajudando a comunidade a se organizar. Não existe governo ruim para povo organizado”, ressaltou.

Como forma de aproximar o diálogo com os gestores municipais, o Sebrae esteve presente na *Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologia* durante os quatro dias de evento.

Defesa Civil



Desastres naturais em todo o país causaram prejuízos de R\$ 32 bilhões

Os Municípios brasileiros estão frequentemente expostos aos efeitos dos desastres naturais. Seja pelo excesso de chuva ou pela falta dela, os prejuízos são milionários. Em 2016, a seca assolou muitos Municípios da região Nordeste e temporais castigaram os Municípios do Sul. Os prejuízos causados pelos fenômenos adversos somaram R\$ 32 bilhões em todo o país.

Esses números são destacados da página *online* Observatório dos Desastres Naturais da Confederação Nacional de Municípios (CNM), na aba de prejuízos. O *hotsite* traz o acompanhamento dos efeitos dos fenômenos em território nacional. Todo o conteúdo está apresentado em uma interface de fácil manuseio, disponível em quatro abas. A primeira delas mostra um retrato das cidades afetadas pelos fenômenos naturais. É possível fazer o recorte por Estado, pelo desastre e também seu tipo: Estado de Calamidade Pública ou Situação de Emergência.

Já na aba de estrutura e planejamento, o visi-

tante consegue obter uma ideia de quais Municípios dispõem de estrutura de gestão de riscos. Em recursos da União, o sistema oferece dados sobre os recursos recebidos de acordo com os programas federais, mesmo quando disponibilizados para os Estados.

A novidade fica por conta da incorporação dos dados referentes a 2016.

Um dos destaques da página fica por conta da aba de prejuízos, que consegue mensurar os efeitos dos desastres aos Municípios brasileiros.

Sobre o projeto

Lançado em 2015, na *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, o Observatório dos Desastres Naturais veio como resposta à necessidade de unir todas as informações sobre o tema em um só lugar. O *hotsite* foi pensado para apresentar em mapas a realidade dos Municípios sobre o tipo de desastre que enfrentam, quais estruturas de proteção e defesa civil possuem, os recursos recebidos, entre outras informações. A página oferece, ainda, uma coletânea de materiais técnicos, como estudos e cartilhas publicados pela Confederação. Na *Marcha* deste ano, a entidade lançou o material: *Municípios e o convívio com a seca*, que foi distribuído aos participantes.



Institucional

Vitória municipalista: parlamento do ISS e garantem R\$ 6 bilhões

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) comprovou sua eficiência na articulação parlamentar e na sensibilização dos representantes do Legislativo federal ao fazer com que o movimento municipalista conquistasse mais uma vitória: a derrubada do veto à reforma do Imposto Sobre Serviços (ISS). Na primeira sessão conjunta do Congresso Nacional deste ano, no dia 30 de maio, os parlamentares derrubaram os trechos vetados pelo governo federal da Lei da Reforma do ISS (Lei Complementar 157/2016), que estabelece uma nova redistribuição do valor arrecadado com o tributo entre os Municípios.

A votação começou a ser realizada pela Casa em que o projeto se originou, no Senado. Com 49 votos favoráveis e um contrário, os senadores optaram por derrubar o veto do ISS. Em seguida, foram contabilizados os votos dos deputados que, por 371 votos favoráveis e seis contrários, seguiram a mesma posição dos senadores. Dessa forma, com expressiva convergência ao municipalismo na apreciação do veto, a Lei da Reforma do ISS volta ao seu texto original.

A entidade agradece entusiasmadamente a todos os gestores, prefeitos, entidades estaduais e lideranças municipalistas que abraçaram essa luta, como também destaca o papel fundamental de cada parlamentar que entendeu a derrubada do veto como um respiro às economias municipais. A CNM se envolveu desde o início da elaboração do projeto, ciente de que uma nova forma de redistribuir o montante arrecadado com o imposto seria fundamental para a promoção e o exercício da justiça fiscal entre os Entes federados.

O que muda

Os trechos vetados pelo Planalto tratavam da mudança do local de recolhimento do imposto. Se a lei fosse sancionada como expressa no texto aprovado pelo Congresso no fim do ano passado, os serviços de administração de cartões de crédito e débito passariam a ser recolhidos onde está estabelecido o tomador do serviço. Além disso, o ISS das operações de

leasing – arrendamento mercantil – e planos de saúde de também seriam devidos no domicílio do tomador.

Até então, o valor arrecadado era destinado aos Municípios onde as empresas que prestam o serviço do cartão de crédito e afins estão instaladas, os chamados Municípios prestadores. Ou seja, as grandes



cidades arrecadavam praticamente a totalidade do imposto, pois alocavam o maior número de empresas prestadoras deste tipo de serviço. Em contrapartida, os Municípios pequenos ficavam desprovidos das receitas, embora também fornecessem o serviço em suas localidades. Se o veto não fosse derrubado, essa forma injusta de distribuição do imposto seria mantida.

R\$ 6 bilhões distribuídos

A derrubada do veto, que acarreta na sanção do texto original da Lei Complementar 157/2016 conforme aprovado no Congresso, permitirá uma redistribuição anual de cerca de R\$ 6 bilhões aos Municípios brasileiros. Aproximadamente R\$ 2,87 bilhões serão repassados aos Municípios onde o tomador do serviço está estabelecido, ou seja, onde estão localizados os restaurantes, farmácias, postos de gasolina etc. Isso no caso dos serviços de administração de cartões de crédito e débito.

No que se refere ao *leasing*, serão cerca de R\$ 2,6 bilhões distribuídos. Antes, esse recurso ficava nas mãos de apenas 35 Municípios. E, com relação aos planos de saúde, mais de 2 mil Municípios com estabelecimentos de saúde que atendem por planos e convênios, conforme dados da Agência Nacional de Saúde (ANS), passarão a receber o ISS dessa operação. Da forma que estava, apenas 370 Municípios recebiam tal receita.

Se o veto não fosse derrubado, a maneira de distribuição dos recursos arrecadados com o imposto seguiria da seguinte forma: 63% das receitas do ISS ficam nas mãos dos citados 35 Municípios; cerca de 100 Municípios respondem por 78% de todo o montante arrecadado com tributo do país. A título de exemplo, em 2016, cerca de 75% da arrecadação do ISS ficou concentrada para poucos Municípios da região Sudeste do país.

Municipalismo pela derrubada

A derrubada do veto garante, assim, a desconcentração de receitas, o que promove repartição de receitas entre os Municípios; aumento das receitas próprias; estímulo à economia local, possibilitando os investimentos em políticas públicas locais; e justiça fiscal.

Em razão dessas e outras consequências benéficas aos Municípios, a CNM foi uma incontestável defensora da alteração do local de cobrança do ISS do Município dos prestadores de serviços (sede da administradora de cartões, da arrendadora mercantil ou da administradora de planos de saúde) para o dos tomadores desses serviços. A entidade defendia que este era um passo indubitavelmente necessário para uma reforma tributária justa e moderna.

Reconhecimento parlamentar

O intenso envolvimento da entidade em prol dos Municípios foi reconhecido pelos parlamentares durante a sessão conjunta do Congresso que apreciou o veto. Da tribuna, eles citaram o trabalho da Confederação em seus discursos. Como foi o caso do deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), ao declarar que sua legenda entende que a divisão dos recursos arrecadados com o ISS é uma "anomalia da estrutura federativa e tributária brasileira. [...] Portanto, em favor da municipalidade, em favor da Confederação Nacional de Municípios, que trouxe esse pleito a esta Casa e teve o compromisso de nos propor a apreciação dessa matéria, o PPS vota "não" ao veto".



Parlamentares derrubam veto ao ISS bi aos cofres municipais



Ag. Câmara

O deputado Edmilson Rodrigues (Psol-PA) parabenizou a CNM por tomar a frente da iniciativa de reforma da partilha do ISS. “Nenhum deputado sobrevive com um mandato, traindo os Municípios, traindo o lugar onde os cidadãos efetivamente vivem, moram, habitam, realizam a sua vida em termos culturais, econômicos. De modo que um “não” ao Veto 52 é uma vitória do povo brasileiro”, disse ele.

Diversos parlamentares lembraram da *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, realizada entre os dias 15 e 18 de maio, quando os presidentes das Casas legislativas se comprometeram a realizar a sessão do Congresso. “Nós fomos para a *Marcha dos Municípios*; nós fazemos parte do Movimento Mulheres Municipalistas”, disse Soraya sobre seu envolvimento com o municipalismo. Ela também recordou suas atividades com o deputado Hildo Rocha (PMDB-MA) na Câmara, alegando que inseriram emenda sobre nova forma de partilha do imposto ao projeto e trabalharam para avançar com o trâmite da proposta dentro da Casa.

A senadora Lúcia Vânia também recordou do compromisso do presidente do Senado, Eunício Oliveira, firmado durante a *Marcha* de colocar a matéria em apreciação. “Eu não poderia, como estive lá, deixar aqui de homenagear vossa excelência (Oliveira), todos os prefeitos que aqui vieram na *Marcha* e principalmente este Parlamento, que entendeu a importância da derrubada deste veto”, afirmou ela.

ENTENDA NOSSA LUTA

O trabalho da CNM para uma reforma do referido imposto começou em 2013, com apresentações de projetos nas duas Casas legislativas. A entidade conversava com cada parlamentar atento ao movimento municipalista e, nesta articulação, exibiu balanços que apontavam para uma concentração da receita do ISS nas mãos de poucos Municípios, especialmente nos serviços de administração de cartão de crédito e débito, *leasing* e planos de saúde.

Durante a luta no Congresso para que as matérias apresentadas avançassem, a CNM identificou que o Projeto de Lei Complementar (PLC) 366/2013, em tramitação na Câmara, tratava de temas relacionados ao ISS. O projeto era originário do Senado (PLS 386/2012), de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-PE).

Como a tramitação da proposição já estava em curso, a CNM articulou junto ao deputado municipalista Hildo Rocha para que ele apresentasse emendas ao projeto, e assim foi feito. As alterações propunham desconcentração da receita do ISS e maior ampliação da lista de serviço. A emenda foi incluída na redação do projeto, que foi aprovado pela Câmara.

Como sofreu alterações, a matéria voltou ao Senado. A CNM teve a chance de realizar novos ajustes ao texto e, com

isso, preencher todas as necessidades que contemplariam os interesses dos Municípios brasileiros. Após nove meses de trabalho conjunto da Confederação com o relator da matéria, senador Roberto Rocha (PSB-MA), o parlamentar apresentou seu parecer atendendo todos os pleitos da entidade municipalista.

Em outubro de 2016, houve um pedido de licença de Rocha e a matéria teve que aguardar a nomeação de novo relator. Quem assumiu a relatoria do projeto foi o senador Cidinho Santos (PR-MT). Essa mudança deu início à nova articulação para que fosse mantida a redação em favor da totalidade dos Municípios.

No dia 13 de dezembro do ano passado, em sessão do Plenário do Senado, Cidinho Santos iniciou a leitura de seu parecer, elaborado novamente em conjunto com a CNM. No dia seguinte, a matéria foi aprovada e enviada à sanção presidencial.

O veto — Em 30 de dezembro de 2016, o texto que garantia a redistribuição do ISS, atualmente concentrado em poucos Municípios, os chamados “paraísos fiscais”, foi vetado pelo presidente da República, Michel Temer. Desde então, a CNM atuou junto aos parlamentares e ao Planalto para a derrubada do veto ao ISS, a fim de garantir a redistribuição do tributo que incide sobre cartões de crédito e débito, *leasing* e planos de saúde.

Estudos Técnicos



Estimativa do 1% do FPM em julho é de R\$ 4,1 bilhões

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou estimativa do repasse total do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para o ano de 2017, com base nos impostos que o compõem. O valor total do FPM está estimado em R\$ 96,6 bilhões, considerando os 24,5% do montante arrecadado com Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Com isso, foi possível chegar a uma previsão para os repasses extras de 1%. De acordo com os cálculos da Confederação, em julho, o repasse extra será de R\$ 4,1 bilhões e, em dezembro, de R\$ 4,2 bilhões.

A CNM tem avaliado o comportamento do FPM, no decorrer dos anos, principal fonte de receita da maioria dos Municípios. Para esclarecer as variações aos gestores, é importante informar que o referido fundo é composto por 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados e mais duas parcelas de 1% cada, em julho e dezembro de cada ano, totalizando 24,5% da arrecadação desses dois impostos transferidos aos Municípios de forma proporcional aos seus portes populacionais.

Os repasses extras de 1% em julho e 1% em dezembro são considerados conquistas de extrema importância da CNM ao movimento municipalista. O cálculo realizado se embasa nas informações do Relatório de Avaliação Fiscal e Cumprimento de Meta, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente ao 1º bimestre de 2017, que descreve as receitas que influenciarão diretamente no FPM deste ano.

Em tal relatório, foi divulgada uma estimativa para a arrecadação de IR e de IPI no valor de R\$ 392,1 bilhões. Ao apontar a sazonalidade média da arrecadação ao longo do ano, em consideração os anos de 2015 e 2016, foi possível obter uma estimativa de arrecadação mensal de IPI e IR para 2017.

Vale salientar que essas projeções são baseadas em números oficiais das estimativas trimestrais da Secretaria do Tesouro Nacional e, assim, esses valores são meramente previsões para nortear os gestores



em seu planejamento e incorrem em uma margem de erro amostral. Além disso, os valores previstos podem variar de acordo com a evolução da atividade econômica futura, quando se dará a arrecadação

dos impostos que compõem o FPM. Outra ressalva diz respeito à nova rodada de repatriação, que não é segura de ser estimada, embora já deva ser incluída nos repasses extras de julho e dezembro.

Transferências estaduais para os Municípios

Além do FPM, os Municípios recebem recursos arrecadados por impostos de responsabilidade estadual: 25% do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e 50% Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

O ICMS é o maior imposto do Brasil em termos de arrecadação e a sua transferência aos Municípios ultrapassou os R\$ 100 bilhões em 2015. Porém, em 2016, a arrecadação de ICMS teve um fraco desempenho, e o valor destinado aos Municípios apresentou crescimento nominal de apenas 2,7%. Se considerados os efeitos da inflação, o resultado real foi

negativo, com 5,6% de queda. Foi o terceiro ano consecutivo em que houve queda real na transferência do imposto aos Municípios.

O IPVA é o segundo maior imposto estadual em termos de arrecadação e varia regionalmente conforme as alíquotas e a frota de veículos. Em termos gerais, o valor total das transferências aos Municípios vinha aumentando progressivamente, ainda que a um ritmo de crescimento menos acelerado no ano de 2015, quando cresceram apenas 3,6% nominalmente. No entanto, em 2016, o valor das transferências diminuiu, apresentando queda nominal de 11,0% e queda real de 18,1%, quando considerados os efeitos da inflação.

Áreas Técnicas



Atividades cotidianas podem ser otimizadas com orientações técnicas da Confederação

Para auxiliar no cotidiano das atividades, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu diversas atividades voltadas a temas específicos durante os seis primeiros meses do ano. O ano de 2017 começou com uma inovação, a Roda do Conhecimento. A estratégia viabilizou debates semanais com agentes municipais na sede da entidade, em Brasília. Também, durante a *XX Marcha*, foi aberto um espaço na programação para explicar os principais temas da administração local. As arenas técnicas promoveram o compartilhamento de informações bastante úteis. Dentre elas:

PREVIDÊNCIA: Foram sanadas as dúvidas dos participantes sobre: a importância de implantar o regime próprio; a renegociação da dívida previdenciária, que promoverá redução de aproximadamente 30% da dívida; e o novo projeto RPPS 180°, que deve apoiar os Municípios no processo de readequação do regime.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: Os programas federais da área social foram destaques desse debate. Sobre o programa Criança Feliz, os municipalistas receberam alertas em relação à determinação de contratação do pessoal, às cobranças por parte do Ministério Público; e às inseguranças jurídicas dos financiamentos dessa e de outras iniciativas do governo federal. Também receberam dicas para elaborar corretamente o Plano Plurianual e o Plano de Ação de Assistência Social.

FINANÇAS: A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica foi destaque, mas foram sanadas dúvidas sobre o funcionamento do serviço, o custo de implementação e de migração por meio de convênio com os Municípios foram elucidadas. Foram abordados outros temas, como: boas práticas na implementação do Imposto sobre IPVA, o IPTU, o incentivo ao empreendedorismo.

CULTURA: dentre os assuntos debatidos, ganharam ênfase o mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet e a regulamentação do repasse Fundo a Fundo. Sobre a regulamentação do repasse fundo a fundo, o secretário de articulação e desenvolvimento institucional do Ministério da Cultura, Adão Cândido, se comprometeu a enviar o texto da mi-

nuta para que a CNM analise seu conteúdo e proponha emendas. Já a respeito da segunda pauta, o secretário de fomento e incentivo à cultura do Ministério da Cultura, José Paulo Martins, sinalizou o contingenciamento do Fundo Nacional de Cultura como sendo um dos entraves. O secretário e a CNM devem se reunir em breve para estudar uma maneira para viabilizar essa demanda.

DESENVOLVIMENTO RURAL: O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural é uma exigência feita pelo Ministério da Agricultura para que os Municípios recebam recursos do governo federal. Durante a arena, os gestores receberam orientações para a elaboração do documento. Uma cartilha que trata da exigência foi apresentada e algumas determinações foram esclarecidas.

EDUCAÇÃO: o financiamento da educação nos Municípios, os principais recursos disponíveis para a educação municipal, o piso do magistério, a merenda e o transporte escolar foram alguns dos temas abordados. Os gestores também encaminharam ao governo federal suas insatisfações quanto à defasagem dos programas federais e se comprometeram em se empenhar com seus parlamentares na reivindicação da aprovação do projeto que altera o critério de reajuste do piso do magistério pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

JURÍDICO: Foram debatidas as possíveis formas de pagamento da dívida como, por exemplo, a utilização dos depósitos judiciais e os acordos diretamente com os credores. Os prefeitos relataram sua situação e conheceram melhor as regras trazidas pela Emenda Constitucional 94/2016. De acordo com a norma, os Entes municipais poderão pagar os precatórios pendentes e os a vencer até 2020, por meio de um regime especial provisório.

PLANEJAMENTO TERRITORIAL: O Estatuto da Metrópole e o Plano Diretor para Municípios com mais de 20 mil habitantes foram debatidos durante programação paralela. O Plano Diretor é obrigatório no processo de revisão em 10 anos. Já o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, instituído pela Lei 12.587/2012, foi destacado o tratado que auxilia os habitantes dos Municípios a se

deslocarem com mais praticidade e a integração de modais e a acessibilidade, com a reforma de calçadas, por exemplo.

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO: Os participantes puderam compreender o funcionamento de gestão ambiental municipal, com e sem licenciamento ambiental local. Também foi apresentado o roteiro para descentralização ambiental, bem como os prós e contras de sua adoção. Ao final, foram compartilhadas boas práticas municipais que podem ser replicadas pelos gestores.

SAÚDE: Pontos norteadores da gestão em Saúde, além das boas práticas na Assistência Farmacêutica foram debatidos. Importantes informações, em relação ao planejamento do setor, a multidisciplinaridade como forma de otimizar recursos também foram apresentadas. Na oportunidade, foram elucidadas as dúvidas sobre Consórcios e a implementação e futuro do Prontuário Eletrônico Cidadão.

CONSÓRCIOS: Unir forças, compartilhar experiências e boas práticas foi um dos objetivos desse painel, uma vez que a formação de consórcios ganha forma como ferramenta de implementação nova agenda urbana estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). A CNM deve promover novo seminário, em breve, para discutir os benefícios da ferramenta.

TURISMO: Mais uma vez, foi criado um espaço para o diálogo sobre as cidades históricas. A Confederação manteve acesa a discussão que teve início no 3º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial, realizado em abril deste ano. Um dos pontos retomados foi a necessidade de elaborar a política nacional de gestão do patrimônio mundial da humanidade.

DEFESA CIVIL: o convívio dos Municípios com a seca foi o tema do painel deste ano. Os participantes puderam visualizar dados sobre os graves efeitos da falta de chuva, bem como o excesso dela, nas administrações locais. Uma das cartilhas lançadas na *XX Marcha* traz justamente orientações para que os gestores desenvolvam ações efetivas em resposta aos desastres naturais.

Eventos



Participe dos seminários temáticos



A Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoverá a 5ª edição do *Diálogo Municipalista* este ano. O evento consiste em uma série de reuniões que ocorrerão durante dois dias seguidos em 16 Estados, em parceria com as entidades estaduais e regionais municipalistas. Os encontros buscam valorizar a diversidade local, a fim de colaborar com a capacitação de gestores e servidores municipais.

A novidade desta edição é que a CNM avaliou as necessidades de cada região. Sendo assim, no primeiro dia de evento os técnicos e os consultores da entidade apresentarão a parte política-institucional da entidade, com a pauta municipalista e o papel da CNM no âmbito municipal. Já para o segundo dia, foi selecionado um tema específico para cada região, tendo em vista as excepcionalidades locais.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, convida: “Vamos debater tensões, possibilidade de cooperação entre os Entes federados para fortalecer a relação com o Poder Legislativo; discutir reivindicações das diferentes regiões; e compartilhar iniciativas e experiências protagonizadas pelos Municípios e suas entidades de representação. É muito importante que os gestores municipais participem”.

“Em tempo de definição de mudanças que envolvem reformas da previdência, tributária, trabalhista e fiscal, os gestores municipais devem estar informados e conhecer os temas, os possíveis impactos e apontar caminhos”, continuou Ziulkoski.

A agenda é voltada aos gestores municipais, embora a CNM busque envolver toda a sociedade local. O objetivo é levar compreensão sobre o pacto federativo e autonomia dos Municípios a toda a população.

Fique por dentro do calendário! Veja abaixo quando ocorrerá o encontro em sua região e participe de mais essa iniciativa da CNM. Faça já a inscrição no site www.dialogo.cnm.org.br.

1º e 2 de agosto	Goiânia/GO
3 e 4 de agosto	Cuiabá/MT
8 e 9 de agosto	Belém/PA
14 e 15 de agosto	Piauí/PI
16 e 17 de agosto	São Luís/MA
24 e 25 de agosto	Porto Alegre/RS
30 e 31 de agosto	Florianópolis/SC
13 e 14 de setembro	Manaus/AM
18 e 19 de agosto	Curitiba/PR
20 e 21 de setembro	Belo Horizonte/MG
2 e 3 de outubro	Maragogi/AL
4 e 5 de outubro	Natal/RN
23 e 24 de outubro	Fortaleza/CE
25 e 26 de outubro	Salvador/BA
6 e 7 de novembro	Espírito Santo/ES
A definir	São Paulo/SP

Informações: (61) 2101-6071 ou atendimento@cnm.org.br.

Legislativo



Fórum destaca fortalecimento da relação entre Legislativo e Executivo municipal

O fortalecimento do movimento municipalista por meio do alinhamento do trabalho entre o Executivo e o Legislativo municipal ganhou ainda mais notoriedade da Confederação Nacional de Municípios (CNM). A entidade promoveu o XII Fórum de Vereadores, que pontuou melhorias na relação entre gestores e representantes das Câmaras municipais.

O evento ocorreu dentro da programação principal da XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Na ocasião, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, coordenou o painel e reforçou a importância dos vereadores para a gestão municipal. “Os poderes Legislativo e Executivo dos Municípios precisam estar em harmonia no sentido de alcançar melhorias para a população. O papel do vereador é legislar, orientar e fiscalizar o Executivo”, ressaltou.

Ainda foram apresentadas no evento parcerias que podem auxiliar gestores e vereadores na administração municipal. Um exemplo são algumas capacitações gratuitas oferecidas a distância pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal. Ainda existem ações disponibilizadas pela União dos Vereadores do Brasil (UVB) e pela Associação Brasileira das Câmaras Municipais (Abracam).



Ag. CNM



Biblioteca



Boletim CNM apresenta sua centésima edição

A publicação impressa mensal da Confederação Nacional de Municípios (CNM), distribuída gratuitamente, chegou à centésima edição em maio de 2017, considerando seu novo formato. Entre 2006 e 2016, foram mais de 1,2 milhão de exemplares. Para facilitar ainda mais o acesso ao conteúdo, a entidade passou a disponibilizar a versão digital do Boletim CNM para *download* no *site* da entidade.

Fundamental ao movimento municipalista, a publicação traz reportagens e informações importantes sobre a realidade enfrentada pelos Municípios e as atividades que a entidade desempenha para auxiliar as



prefeituras na boa gestão de suas respectivas cidades. Dados importantes da realidade das prefeituras também ganham espaço nos exemplares, além de informações técnicas, das vitórias do movimento municipalista; da atuação no Congresso Nacional e nos poderes Executivo e Judiciário.

Todo mês a Confederação envia o Boletim a todos os 5.568 Municípios brasileiros. A entidade já constatou a publicação em visita a prefeituras distantes dos grandes centros, inclusive aquelas onde o acesso ao Município é apenas hidroviário. Isso confirma que o **Boletim CNM** chega aos lugares mais remotos do Brasil.

Saúde

Desperdício com obras paradas no

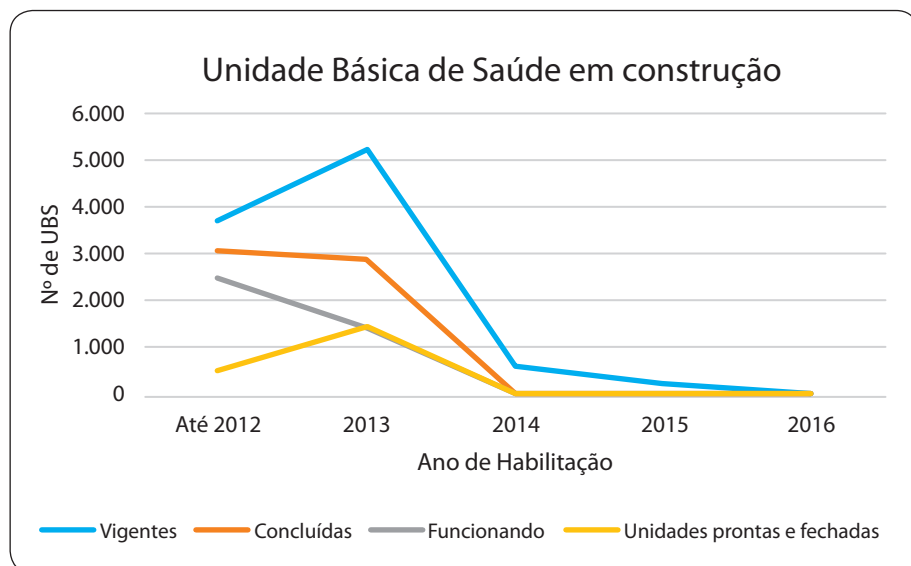
Balanço realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) junto a sistemas de monitoramento de obras do Ministério da Saúde (MS) identificou descaso na abertura e no funcionamento de equipamentos de saúde considerados fundamentais ao cumprimento dos princípios constitucionais e das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A entidade alerta que a política adotada pela pasta gerou uma série de novos problemas aos Municípios e levou a desperdícios que chegam a R\$ 1,2 bilhão.

Com a proposta de incentivar a construção desses equipamentos de saúde, o governo federal estabeleceu apoio financeiro por meio de programas e convênios, como o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e o Requalifica UBS. Com as iniciativas, os Municípios, ao apresentarem interesse, receberiam o incentivo financeiro para financiar a construção das unidades.

Em consulta aos sistemas do Ministério, somente quanto à construção de Unidades Básicas de Saúde, existem 9.936 obras vigentes, de 2012 a 2016. Desse montante, 5.990 foram concluídas. Do total de UBS finalizadas, apenas 3.910 estão em funcionamento, o que representa 37% das unidades vigentes. O restante – 2.078 unidades – foi concluído, mas se encontra fechado. Isso representa um desperdício de pelo menos R\$ 840 milhões.

Ao analisar o histórico da liberação de recursos do governo federal para a construção dessas UBSs, verifica-se uma queda de 98%. Em 2013, foram liberadas mais de cinco mil obras. Já em 2016, esse número diminuiu para 53. A Confederação alerta que esse panorama mostra que a política de monitoramento e financiamento do Ministério não atingiu o objetivo proposto.

A entidade tem acompanhado a implantação dessas obras nos Municípios, principalmente as Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Em diversos Municípios, as obras foram finalizadas,



mas estão sem funcionar. A entidade esclarece que a situação ocorre em razão da falta de equipamentos e recursos humanos e financeiros para mantê-las. Como agravante, os processos de habilitação e qualificação das unidades se arrastam por meses e, mesmo quando são contempladas, os incentivos federais são insuficientes para manter o serviço funcionando.

O levantamento realizado pela CNM constatou que existem 164 UPAs construídas e fechadas. De maneira especial, a abertura dessas Unidades não foi permitida pelos gestores por causa da responsa-

bilidade financeira que recairia sobre o Município. Isso porque, ao inaugurá-las, a administração local seria responsável por custear 100% dos serviços, até sua habilitação. Os valores de custeio chegam a uma média mensal que varia de R\$ 600 mil a R\$ 1,2 milhão. De acordo com o último relatório do MS, das 806 obras vigentes, 575 foram concluídas, mas 164 unidades sequer foram inauguradas, um prejuízo de pelo menos R\$ 360 milhões.

As obras na área da saúde são fundamentais para estruturação e bom funcionamento dos serviços no SUS. No entanto, mesmo com o incenti-



Os Municípios chega a R\$ 1,2 bilhão



vo financeiro do governo federal ou ainda com a atualização dos valores de acordo com a Portaria MS 381/2017, o problema persiste. Isso é, o gestor continua com o maior gargalo das obras da saúde, que corresponde ao custeio extremamente alto das unidades, impossibilitando a utilização ou até mesmo a continuidade dos serviços que deveriam funcionar nessas edificações.

Custo x benefício

A CNM alerta os gestores da necessidade de

avaliar a viabilidade antes da adesão para construção, ampliação ou reformas de obras financiadas pelo governo federal, tendo em vista que os valores repassados aos Municípios podem ser menores que os custos reais das obras. Além disso, destaca-se que a contrapartida municipal tem sido superior às condições e à realidade dos prefeitos. Para a entidade, essa situação tem causado desconforto ao gestor, que inicia a obra, enfrenta dificuldades para finalizá-la e não consegue inaugurar e manter o serviço.

Muitos são os fatores que influenciam a demora para conclusão de uma obra e inauguração do serviço, como: problemas financeiros, atrasos nas licitações, empreiteiras que abandonam as obras, processos judiciais, recursos insuficientes, falta de mão de obra especializada, custos altos e diferenciados dependendo das regiões do país e atrasos dos repasses pelo governo federal. O maior gargalo, no entanto, é o custeio da UBS e da UPA. Os custos para manter esses equipamentos recaem sobre os Municípios e atualmente não cabe no orçamento municipal.

Hotsite possibilita melhor acompanhamento

Com o objetivo de facilitar o acompanhamento das obras paradas nos Municípios, bem como apoiar os gestores locais na resolução da problemática, a CNM lançou um *hotsite* destinado ao tema. O espaço traz materiais técnicos e informações atualizadas sobre a realidade vivenciada pelas administrações municipais, além de imagens reais do cenário de obras inacabadas de norte a sul do país.



Internacional

Congresso Internacional Municipalista

A busca por um modelo federativo mais justo, com recursos proporcionais às realidades executadas. Essa é uma luta do movimento municipalista brasileiro, que se reflete em diversos países latino-americanos. Foi o que revelou o Congresso Internacional Municipalista, realizado pela primeira vez dentro da programação da *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

Durante dois dias, representantes de diversos países estiveram reunidos com o intuito de debater questões importantes para as administrações locais. O congresso trouxe como um dos destaques a discussão sobre o processo de descentralização na América Latina. Outro assunto-chave foi como os gestores municipais podem implementar efetivamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ao longo dos últimos anos, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) vem estreitando o diálogo com associações municipais de todo o mundo, especialmente latino-americanas. Para a entidade, esse contato é fundamental não apenas para a troca de experiências, mas também para busca de soluções aos problemas comuns. E a realização do Congresso veio justamente com o intuito de convidar os gestores municipais brasileiros a fazerem parte desse diálogo.

Cerimônia de abertura

Enquanto discursava na cerimônia de abertura do evento internacional, o presidente da Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma), Rafael Hidalgo, reforçou a importância dessa troca de informação entre os países. "A nossa demanda é a favor da descentralização. Quanto mais articulados e unidos, mais forte será a nossa voz na América Latina", disse.

Hidalgo também elogiou a proposta da *Marcha* e comentou sobre a representatividade da Confederação fora do país. "Eu quero dizer a vocês que a CNM é o coração da Flacma", exaltou.

Sua fala foi confirmada pelo vice-presidente da Organização de Governos Locais Unidos (CGLU), Iván Arciénega. "O modelo da descentralização está difundido em toda a América Latina. Nós vimos que, nos últimos anos, ganhamos mais atribuições, mas precisamos também de mais recursos", desabafou.

Descentralização

O Congresso foi marcado por um conjunto de painéis temáticos. Entre eles, um debate a respeito de como os países latino-americanos têm trabalhado para avançar no tema da descentralização. No Equador, por exemplo, esse processo está em andamento, conforme revelou o presidente da Associação de Municipalidades Equatoriana, Daniel Vecilla.

Em sua fala, Vecilla foi realista e disse que as dificuldades foram muitas. Em contraponto, explicou que é fundamental haver uma mudança de pensamento por parte dos gestores. "Nós avançamos muito nos últimos anos. Porém, esses avanços têm a ver com a mentalidade de quem está à frente do poder público, que precisa ter essa visão".

Já o especialista latino-americano de descentralização da Associação Chilena de Municípios, Mario Rosales, mencionou alguns estudos desenvolvidos a respeito do tema. Um deles mostra que a descentralização na América Latina ocorre em diferentes níveis e faz uma divisão de acordo com o grau de avanço de cada país.

No primeiro grupo, estão os países onde se nota um desenvolvimento mais efetivo da descentralização. O Brasil faz parte da lista, juntamente com Argentina, Colômbia, Equador e Bolívia. Por

outro lado, em alguns países, o processo ainda está em fase embrionária, como é o caso de Chile, Uruguai e Peru.

Entretanto, Rosales destacou que a maioria dos países latino-americanos se encontra no terceiro grupo, como, por exemplo, o Panamá. "Nesses locais, a descentralização ainda é muito incipiente e mais uma promessa do que uma realidade", ponderou o especialista.

Para se ter uma ideia, no Brasil, os Municípios brasileiros ficam com uma média de 19,2% do bolo tributário. Na Colômbia, país que também integra o grupo onde a descentralização é mais forte, esse percentual chega a 15,7%. Nos países do segundo e terceiro grupos, o valor recebido pelos Municípios é ainda menor, revelando uma estrutura centralizadora ainda forte. É o que acontece com o Chile (12,3%) e o Peru (8,4%), por exemplo.

No outro extremo, estão os países onde uma parte significativa do bolo tributário é repassada aos Entes locais. Na Finlândia, os Municípios recebem em média 32,4% de todo o montante arrecadado pelo governo, percentual que ultrapassa os 40% em países como a Suécia (41,3%) e a Dinamarca (43,4%).

A diretora adjunta de programas internacionais da Universidade Internacional da Florida, Cris-





Uma estreita diálogo na América Latina

tina Rodrigues-Acosta, elencou alguns dos desafios nesse processo. Entre eles, a falta de capacitação de pessoal, que está diretamente ligada com o acesso à informação; a ausência de instrumentos de gestão como planos estratégicos e diretores; além da gestão financeira e contábil.

Ao finalizar sua apresentação, ela disse: “a descentralização é um longo processo. Nos Estados Unidos, que é o país mais descentralizado, levou 100 anos. Mesmo assim, temos de continuar lutando”.

Um painel com foco no contato entre os Municípios e o Parlamento também compôs a programação do Congresso. Esteve à frente da apresentação o vice-presidente da Associação Chilena de Municipalidades, Mario Gierke, que relatou como tem sido esse diálogo no Chile. “A única comunicação que existe com o parlamento é em tempos de eleição. Não é um diálogo permanente. Seria ótimo se eles pudessem visitar nossos Municípios para conhecer a realidade local”, afirmou.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Além dos diálogos sobre a descentralização e a aproximação com os parlamentares, o Congresso trouxe ainda um painel centrado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O propósito foi mostrar aos participantes o protagonismo exercido pelos Municípios na concretização desses objetivos, além de possíveis ferramentas que podem ser utilizadas.

A agenda estabelece um conjunto de 17 Objetivos, cujos temas perpassam a erradicação da pobreza, o acesso universal à água, a educação de qualidade, entre outros. Como lembrou o 2º vice-presidente da entidade, Marcel Micheletto, os Municípios são peça-chave no avanço dos ODS. “São os Municípios que estão em contato direto com o cidadão e conhecem a realidade para tornar as cidades mais humanas, inclusivas e sustentáveis”, disse.

A mensagem foi reforçada no discurso dos palestrantes internacionais. “A agenda global só vai avançar se houver avanços no âmbito local”, mencionou a representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) Brasil, Maristela



Ag. CNM

Baioni. Para auxiliar os gestores ela listou algumas recomendações. Entre elas: afinar estratégias com as secretarias municipais para que estejam em sintonia com os ODS, fazer o planejamento das ações e estabelecer metas a serem monitoradas.

O secretário nacional de articulação social da Presidência da República, Henrique Villa, citou que o governo federal trabalha em formar uma comissão especial, que irá reunir representantes de todos os setores. A Confederação será uma das entidades a compor o grupo. Em seguida, pontuou que os Municípios interessados em implementar a agenda receberão orientações sobre como participar do movimento.

O prefeito de Carnaúba (RN), Gilson Dantas, acompanhou as apresentações e disse que pretende incorporar os ODS em sua gestão. “A minha região é muito diferente do Rio Grande do Sul, por exemplo. Nós temos dificuldades financeiras, mas temos muita vontade de fazer acontecer também. Queria saber quais as orientações para conseguir implementar os ODS”, comentou.

Para consolidar o conteúdo apresentado, o Congresso seguiu com um painel a respeito das estratégias e ferramentas para localização dos ODS nos Municípios. O coordenador do ART-Pnud, Johannes Krassnitzer, compartilhou que boas práticas

internacionais dos ODS já são realidade. Na cidade espanhola de Valência, por exemplo, há uma forte mobilização que teve início com o lançamento dos Objetivos, em 2015.

No Brasil, as discussões também começam a ganhar forma. O Estado da Paraíba possui o pacto pelo desenvolvimento social. A iniciativa pioneira, apresentada pelo secretário de articulação municipal, Buba Germano, adota um modelo que dialoga com os Municípios, sem exigir contrapartida financeira.

Suporte municipal

Como forma de estimular o engajamento dos gestores municipais com a temática, a Confederação tem publicado um conjunto de materiais técnicos a respeito dos ODS. O mais recente deles é um guia para integração aos planos municipais.

Durante a XX Marcha, a CNM também lançou a mandala de desempenho municipal. A ferramenta permite que os gestores visualizem a situação do Município em relação aos ODS, apontando quais áreas mais desenvolvidas e quais precisam ser melhoradas. É possível, ainda, obter um comparativo com a média do país, do Estado e de um grupo de Municípios similares.



Conteúdo Exclusivo: ferramentas da CNM auxiliam na gestão municipal

Mais da metade dos Municípios brasileiros são comandados por novos gestores e, em sua maioria, estão no primeiro mandato. Certa de que, para uma boa governança, é necessário estar munido de informações sobre o Ente municipal, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) criou um conteúdo exclusivo para os Municípios contribuintes com a entidade. O espaço é personalizado para cada Município, com dados oficiais do governo.

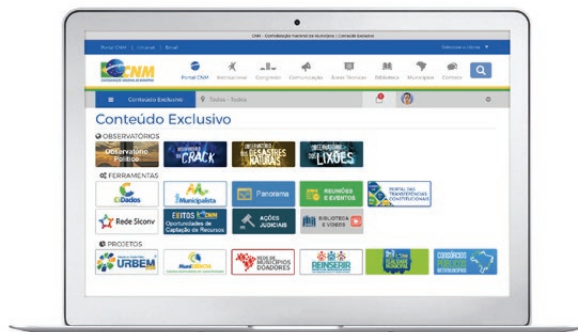


O CiDados é um espaço onde os prefeitos podem avaliar os indicadores – por meio do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) – considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Esses indicadores revelam a situação sociocultural, econômica, ambiental e política de cada Município. Assim, o gestor poderá planejar qual área – Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional – deve ser a prioridade e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável.



Rede Siconv

A Rede Siconv da CNM foi um espaço criado para aproximar o gestor ao Sistema de Convênios do governo federal. A ferramenta da CNM registra todos os atos das transferências de recursos via convênios da União com Municípios. O prefeito pode consultar, por exemplo, o saldo dos convênios e a data de vencimento. Além disso, o Siconv é dinâmico e permite que o Município possa verificar de forma mais ágil todos os convênios de uma só vez.



O Portal de Transferências Constitucionais compila dados disponibilizados pelo Banco do Brasil de todas as transferências constitucionais que são destinadas aos Municípios. Nele, há informações de valores já repassados e previsões do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), de Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e outros. Neste campo, os gestores podem consultar dados de anos anteriores e avaliar as oscilações dos recursos que são repassados pelo governo, criando, assim, uma série histórica.



Panorama é a ferramenta da CNM que mostra o histórico de informações do Município de recursos recebidos para a área de Educação, Saúde e do FPM. Tabelas e gráficos dinâmicos mostram as repentinas quedas nos valores repassados às prefeituras. E, por outro lado, a ferramenta mostra também quanto o Município deixou de ganhar com as desonerações impostas pelo governo, com os *royalties* e os restos a pagar devidos.

Êxitos

A ferramenta Êxitos agrupa, de forma também particularizada, os editais que estão disponíveis para cada Município. Neste local, o gestor pode ainda selecionar quais as áreas de mais interesse para a captação de recursos por meio de editais. A CNM incorpora neste campo editais governamentais, de empresas públicas e privadas e até editais internacionais.



Para que os prefeitos possam avaliar quão próximos estão do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a CNM criou a Mandala de Desempenho Municipal. A ferramenta faz uma seleção de dados capazes de medir o progresso dessa agenda e de monitorar os ODS em nível municipal. O objetivo da CNM, como auxílio aos gestores, é criar indicadores para a esfera municipal, para os Municípios não ficarem dependentes de dados do governo federal. Nela, o gestor poderá consultar como está o desenvolvimento de cada objetivo em sua administração nas dimensões Institucional, Econômico Sustentável, Ambiental Sustentável e Inclusão Social.